

COLEGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE/RS

Aviso de Contratação 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160393-COLEGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE /RS	PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA RUELA	18/06/2026 15:01 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	18/2026	64256.003143/2026-00

1. DO OBJETO

AVISO DE CONTRATAÇÃO
DIRETA

18/2026

CONTRATANTE (UASG)
160393MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE
(CMPA/1912)
COLÉGIO CASARÃO DA VÁRZEA

OBJETO

CONTRATANTE (UASG)	Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA / UASG 160393
OBJETO	Contratação de serviços comuns, não contínuos e por escopo, consistentes em arbitragem esportiva e apoio operacional para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, destinadas aos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 25.904,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA	_25_/JUNHO/2026
HORÁRIO DA FASE DE LANCES	Das 08h00 às 14h00, horário de Brasília, ou outro intervalo definido no Compras.gov.br, observado o prazo mínimo aplicável.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço por item/modalidade
TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS / MARGEM DE PREFERÊNCIA	Tratamento favorecido: SIM, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015. Margem de preferência: NÃO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 25.904,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

25/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 09:00 até 16:00 hs

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA
4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
5. DA FASE DE LANCES
6. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO
8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
10. DA CONTRATAÇÃO
11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Torna-se público que a União, por intermédio do Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA, UASG 160393, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC/CMPA, sediado na Av. José Bonifácio, nº 363, Bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS, CEP 90040-130, realizará Dispensa Eletrônica, sem adoção do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento menor preço por item/modalidade, na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis.

A presente minuta foi elaborada a partir do modelo padronizado da Advocacia-Geral da União para Aviso de Contratação Direta, com as adaptações necessárias ao objeto, mantendo-se a estrutura de tópicos do modelo e registrando-se expressamente a inaplicabilidade das disposições incompatíveis com serviço comum, não contínuo, por escopo e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de serviços comuns, não contínuos e por escopo, consistentes na prestação de serviços especializados de arbitragem esportiva e apoio operacional para as modalidades Basquete, Handebol e Judô, destinadas à execução regular dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, na cidade de Santa Maria/RS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse, desde que demonstre capacidade de atendimento integral do item/modalidade ofertado, observada a composição mínima da equipe, as obrigações de execução, o local, o cronograma do evento e as condições do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item/modalidade, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O regime de execução será empreitada por preço global por item/modalidade, considerando o serviço integral de arbitragem e apoio operacional de cada modalidade, sem pagamento individual por partida, diária ou profissional.

1.5. O valor total estimado da contratação é de R\$ 25.904,67 (vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e sessenta e sete centavos), distribuído conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Basquete – serviço global de arbitragem e apoio de mesa para toda a competição da modalidade, com equipe mínima de 5 integrantes.	15067	SV	1	R\$ 6.908,00	R\$ 6.908,00
2	Handebol – serviço global de arbitragem e apoio de mesa para toda a competição da modalidade, com equipe mínima de 4 integrantes.	15067	SV	1	R\$ 2.646,67	R\$ 2.646,67
3	Judô – serviço global de arbitragem, apuração e apoio operacional para a competição integral da modalidade, com equipe mínima de 13 integrantes.	15067	SV	1	R\$ 16.350,00	R\$ 16.350,00
TOTAL						R\$ 25.904,67

1.5.1. O detalhamento técnico mínimo dos itens é o seguinte: Basquete: 2 árbitros de quadra, 1 operador de 24 segundos, 1 apontador/sumulista e 1 cronometrista, totalizando 5 integrantes; Handebol: 2 árbitros, 1 sumulista /secretário e 1 cronometrista, totalizando 4 integrantes; Judô: 8 árbitros, 2 placaristas, 2 sumulistas e 1 árbitro-chefe, totalizando 13 integrantes, incluindo arbitragem, apuração, controle de lutas, placares, súmulas, registros e apoio operacional necessário.

1.6. O CATSER indicado possui caráter orientativo e deverá ser confirmado pela Administração no momento do cadastramento no Compras.gov.br, preferencialmente em código compatível com serviços de arbitragem esportiva, apoio a competições ou organização de eventos esportivos, conforme o catálogo disponível.

1.7. Os serviços serão prestados no Colégio Militar de Santa Maria/RS e/ou em locais definidos pela coordenação dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, conforme programação oficial e eventuais ajustes formalmente comunicados.

1.8. Vinculam este procedimento, independentemente de transcrição, o Termo de Referência nº 32/2026, a minuta do Termo de Contrato Administrativo, a proposta aceita, o Estudo Técnico Preliminar, a Matriz de Gerenciamento de Riscos, a Nota Saneadora, o Relatório de Pesquisa de Preços com Análise Crítica e demais documentos constantes dos autos, no que compatíveis com este Aviso.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços no presente procedimento, em razão de a demanda ser pontual, vinculada a evento específico, com quantitativos definidos, local e período de execução determinados e sem previsão de contratações futuras, órgãos participantes ou adesões por outros órgãos.

2.2. Não se aplica, portanto, a constituição de Ata de Registro de Preços, a indicação de órgão gerenciador e órgãos participantes, a previsão de adesões, a definição de quantitativos máximos para carona ou a formação de cadastro de reserva vinculada à Ata de Registro de Preços.

2.3. As disposições do modelo AGU relativas ao Registro de Preços permanecem tratadas neste Aviso como “não se aplica”, em atendimento à regra de manutenção dos tópicos do modelo-base e de justificativa expressa para os itens incompatíveis com o caso concreto.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

3.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e será encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretenda atender.

3.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.4. O fornecedor é responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.5. Para os itens 1, 2 e 3, em razão de se tratar de dispensa por valor e de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00, a participação será preferencialmente exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, observados o art. 48, inciso I, e o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como o Decreto nº 8.538/2015. Caso a Administração, antes da publicação, constate hipótese legal de afastamento da exclusividade, deverá registrar justificativa específica nos autos e ajustar o cadastramento no sistema.

3.6. A obtenção do benefício fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7. Será concedido tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e microempreendedor individual – MEI, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, quando compatíveis com o objeto e com as exigências deste Aviso.

3.8. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

3.9. Não poderão participar sociedades que desempenhem atividade incompatível com o objeto da dispensa.

3.10. Não poderão participar empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.11. Não poderão participar autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. A hipótese

não se aplica materialmente ao objeto, por não se tratar de obra ou serviço de engenharia, mas a vedação é mantida como regra geral do modelo.

3.12. Não poderão participar empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração de projeto básico ou executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou responsável técnico, quando cabível. A hipótese não se aplica materialmente ao objeto, mas a vedação é mantida como regra geral de integridade.

3.13. Não poderá participar pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.14. Não poderá participar aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.15. Não poderão participar empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

3.16. Não poderá participar pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.17. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista o baixo valor, a contratação por itens independentes, a baixa complexidade operacional de cada item, a existência de fornecedores aptos no mercado e a possibilidade de responsabilização direta e integral do contratado por modalidade.

3.18. Não será admitida Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

3.19. A participação de sociedades cooperativas não é vedada em caráter geral, desde que atendidos os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021, que o objeto seja compatível com sua natureza societária e que não haja burla à legislação trabalhista ou incompatibilidade com as obrigações de execução por escopo.

3.20. Não será admitida a participação de pessoas físicas, pois a execução exige estrutura mínima de organização, emissão de documento fiscal hábil, capacidade de disponibilizar equipe multiprofissional por modalidade, substituição imediata de profissional ausente, responsabilização integral por logística e atendimento às condições de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e técnica.

3.21. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

3.22. O impedimento de que trata o item anterior aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica.

3.23. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico, quando aplicável.

3.24. Não se aplica ao presente objeto a contratação integrada, semi-integrada, elaboração de projeto básico ou projeto executivo pelo contratado, por se tratar de serviços comuns de arbitragem esportiva, sem natureza de obra ou serviço de engenharia.

3.25. Em dispensas e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro internacional, não poderá participar pessoa sancionada por essas entidades ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021. A hipótese não foi identificada no presente processo, mas a regra fica mantida como disposição geral.

3.26. A vedação de participação de agente público estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário/representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço global do item/modalidade, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Não há indicação de marca, modelo, entidade, federação, liga, associação, empresa ou profissional específico. A proposta deverá indicar o item/modalidade ofertado e declarar atendimento integral às especificações técnicas mínimas.

4.4. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, pois cada item corresponde ao serviço global de toda a competição da modalidade, com equipe mínima e responsabilidade integral pelo resultado.

4.5. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de execução, acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, devendo o valor ofertado contemplar todos os custos necessários à execução integral do item/modalidade no local definido pela Administração.

4.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, especialmente o preço ofertado, a modalidade, a equipe mínima e as obrigações de execução, vinculam o contratado.

4.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, deslocamento, alimentação, hospedagem, tributos, taxas, emissão de documento fiscal hábil, materiais de apoio necessários, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.8. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos instrumentos equivalentes vigentes na data de entrega das propostas, quando aplicáveis.

4.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo direito de pleitear alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.10. Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos nos últimos doze meses.

4.11. Independentemente do percentual de tributo constante da proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente, quando cabível.

4.12. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o Termo de Referência e com este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e de fornecer os materiais, equipamentos, sistemas, ferramentas, formulários e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, quando aplicáveis.

4.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.14. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações de inexistência de fatos impeditivos, ciência e concordância com as condições do Aviso e anexos, responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social, proibição de trabalho infantil, inexistência de trabalho degradante ou forçado e demais declarações exigidas pelo sistema.

4.15. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.16. Não se aplica margem de preferência normal ou adicional ao objeto, por não ter sido identificado ato normativo específico que estabeleça margem de preferência para serviços de arbitragem esportiva.

4.17. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido, observado o disposto nos §§1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.18. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, parametrizar valor final mínimo, com registro de seu lance final aceitável, caso em que os lances poderão ser enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados e o intervalo mínimo previsto neste Aviso.

4.19. Sem prejuízo da parametrização, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção seguinte deste Aviso.

4.20. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.21. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes e ao órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos pelos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

5. DA FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e do horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrada no horário de finalização de lances previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.

5.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item/modalidade.

- 5.4. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.5. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como lances intermediários para os fins deste Aviso.
- 5.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, inclusive intermediários, será de R\$ 10,00 (dez reais), salvo parametrização diversa definida no sistema Compras.gov.br antes da publicação do Aviso.
- 5.7. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.8. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 5.9. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.10. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá encerramento, com ordenamento e divulgação dos lances pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.11. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática, pontualmente no horário indicado, sem possibilidade de prorrogação e sem tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o gestor poderá negociar condições mais vantajosas.
- 6.2. Será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço para obtenção de proposta compatível com o valor máximo estimado pela Administração.
- 6.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após negociação, for desclassificado em razão de proposta acima do preço máximo ou incompatível com o objeto.
- 6.4. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, a ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 6.5. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 6.6. O fornecedor melhor classificado deverá encaminhar proposta comercial ajustada contendo, no mínimo: identificação da empresa, CNPJ, item/modalidade ofertado, descrição do serviço, composição mínima da equipe, valor global do item, declaração de inclusão de todos os custos logísticos, tributários e operacionais, validade de 60 (sessenta) dias, dados bancários e identificação do responsável pela proposta.
- 6.7. Não será exigida planilha detalhada de custos e formação de preços própria de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, salvo se o gestor, diante de indícios de inexecuibilidade ou necessidade de esclarecimento, solicitar detalhamento complementar para comprovação da exequibilidade.
- 6.8. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o gestor verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante consulta ao Sicafe, Cadastro

Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, lista de licitantes inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União e demais bases oficiais cabíveis.

6.9. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa fornecedora. Quando cabível, a consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 também ocorrerá no nome e CPF do sócio majoritário.

6.10. Para pessoa jurídica, poderá haver substituição das consultas ao CEIS, CNEP e lista do TCU pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, sem prejuízo de outras consultas exigidas nos autos, inclusive CADIN quando aplicável.

6.11. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas, inclusive por vínculos societários, linhas de fornecimento similares e demais elementos pertinentes.

6.12. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a eventual desclassificação ou inabilitação por ocorrência impeditiva, quando juridicamente cabível.

6.13. Constatada a existência de sanção impeditiva aplicável, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.14. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha utilizado tratamento favorecido às ME/EPPs, o gestor verificará se faz jus ao benefício aplicado.

6.15. Não se aplica margem de preferência ao objeto. Caso o sistema exija manifestação, deverá ser assinalado “não”.

6.16. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste Aviso e em seus anexos.

6.17. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas, apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo, não tiver exequibilidade demonstrada quando exigido, não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços ou apresentar desconformidade insanável com quaisquer exigências deste Aviso e seus anexos.

6.18. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta insuficiente para cobertura dos custos da contratação, com preços simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os custos de mercado, salvo quando se referirem a recursos próprios do fornecedor para os quais renuncie a parcela ou totalidade da remuneração.

6.19. Não se aplicam ao presente objeto os critérios próprios de obras e serviços de engenharia, incluindo inexequibilidade automática baseada nos percentuais do art. 59, §4º, da Lei nº 14.133/2021, garantia adicional de engenharia, projeto básico, projeto executivo ou planilha de custos relevantes de obra.

6.20. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o fornecedor comprove a exequibilidade.

6.21. Erros formais sanáveis na proposta não constituem motivo automático de desclassificação, podendo a proposta ser ajustada no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço nem alteração da substância da oferta.

6.22. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante ou da área técnica responsável.

6.23. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.24. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no chat a nova data e horário para continuidade.

6.25. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, quando não puderem ser comprovados por meio do Sicaf ou por consultas oficiais.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.3. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a documentação atualizada.

7.4. O descumprimento do item anterior implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar certidão válida.

7.5. Quando permitida a participação de empresa estrangeira que não funcione no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. Para assinatura do contrato, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados, conforme legislação aplicável.

7.6. Não será permitida participação em consórcio, pelas razões indicadas neste Aviso, razão pela qual não se aplicam as regras de habilitação por somatório de consorciadas.

7.7. Para habilitação jurídica, será exigida comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, autorização para o exercício da atividade a ser contratada, conforme natureza do fornecedor.

7.8. Para regularidade fiscal, social e trabalhista, serão exigidos, quando aplicáveis e não comprovados no Sicaf: inscrição no CNPJ; prova de regularidade perante a Fazenda Nacional; regularidade perante o FGTS; regularidade perante a Justiça do Trabalho; regularidade fiscal estadual, distrital ou municipal compatível com o objeto; e cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

7.9. Para qualificação técnica, o fornecedor deverá demonstrar aptidão para executar serviço compatível com o objeto, podendo ser exigida declaração, atestado, relação de experiência, documento institucional ou comprovação equivalente que evidencie capacidade para disponibilizar equipe apta, executar arbitragem esportiva e apoio operacional em competição escolar, militar, federada, associativa ou evento esportivo similar.

7.10. A exigência técnica será proporcional ao objeto e não poderá restringir indevidamente a competitividade, sendo vedada exigência de filiação a federação, entidade, liga, associação ou profissional específico, salvo se indispensável e devidamente justificada pela Administração.

7.11. Para qualificação econômico-financeira, poderá ser exigida certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, quando aplicável ao tipo de pessoa jurídica, sem prejuízo de eventual dispensa motivada nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Termo de Referência, considerando o baixo valor e a baixa complexidade econômica do objeto.

7.12. O fornecedor deverá apresentar declarações de inexistência de fato impeditivo, cumprimento de reserva de cargos, não utilização de trabalho infantil ou degradante, ciência das condições do Aviso, responsabilidade por todos os custos da execução e demais declarações exigidas pelo sistema ou pela Administração.

7.13. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, o gestor fixará prazo razoável no sistema, contado da convocação, para apresentação da documentação, sob pena de inabilitação.

7.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.15. Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo legal para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, observadas as regras da Lei Complementar nº 123/2006.

7.16. A não regularização da documentação no prazo legal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

7.17. Caso o fornecedor não atenda às exigências de habilitação, será inabilitado e o gestor examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, repetindo-se o procedimento até apuração de proposta que atenda ao Aviso e seus anexos.

7.18. Constatado o atendimento das exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado, podendo ser encaminhado o procedimento para adjudicação, autorização da contratação e formalização contratual, conforme as etapas internas do processo.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica Ata de Registro de Preços ao presente procedimento, pois a contratação não será processada pelo Sistema de Registro de Preços.

8.2. Não haverá assinatura de ata, indicação de órgão gerenciador, órgãos participantes, quantitativos de adesão, prazo de vigência de ata, cadastro de reserva de ata ou regras de gerenciamento de preços registrados.

8.3. A contratação será formalizada por Termo de Contrato Administrativo, conforme decisão administrativa registrada nos autos e minuta própria anexa.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não se aplica formação de cadastro de reserva vinculado a Ata de Registro de Preços, por não haver adoção do Sistema de Registro de Preços.

9.2. Sem prejuízo do item anterior, caso o primeiro colocado seja desclassificado, inabilitado, não mantenha a proposta ou não assine o contrato, a Administração poderá convocar os fornecedores remanescentes na ordem de classificação da dispensa eletrônica, nos termos deste Aviso, da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 67 /2021.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e a autorização da contratação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo ou instrumento equivalente. Neste processo, a Administração optou pela formalização por Termo de Contrato Administrativo, sem substituição por simples nota de empenho isolada.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato Administrativo, aceitar ou retirar instrumento equivalente, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso.

10.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4. Na assinatura do contrato, será exigida comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

10.5. O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, abrangendo a execução do objeto, recebimento, liquidação, pagamento e atos administrativos necessários ao encerramento do ajuste, conforme minuta contratual anexa, sem prejuízo de adequação final antes da assinatura para compatibilização com o Termo de Referência.

10.6. A execução do objeto ocorrerá conforme o cronograma oficial dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026, previstos para julho de 2026, em Santa Maria/RS, e conforme locais, horários e contatos definidos pela coordenação do evento.

10.7. A contratação poderá ser formalizada por item/modalidade, admitindo-se um ou mais contratados, conforme resultado da dispensa eletrônica e adjudicação, hipótese em que o valor contratual de cada ajuste corresponderá ao item efetivamente contratado.

10.8. O pagamento será realizado por ordem bancária, após regular execução do objeto, recebimento, liquidação da despesa e apresentação de Nota Fiscal ou documento fiscal hábil, observadas as condições do Termo de Referência, da minuta contratual e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.9. Não haverá pagamento antecipado. Não se utilizará cartão de pagamento, por se tratar de contratação formal de serviço por escopo, com seleção de fornecedor, emissão de empenho, assinatura de contrato, fiscalização, recebimento, liquidação e pagamento posterior à comprovação da execução.

10.10. A emissão da nota de empenho, a assinatura do contrato e o início da execução ficam condicionados à existência de disponibilidade orçamentária suficiente, manutenção das condições de habilitação, inexistência de impedimento de contratar e atendimento das exigências processuais aplicáveis.

10.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

10.12. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato ou não aceitar o instrumento no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato nas condições propostas pelo fornecedor vencedor ou negociar condições mais vantajosas, respeitada a legislação aplicável.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor ou contratado que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, especialmente dar causa à inexecução parcial ou total do contrato, deixar de entregar documentação exigida, não manter proposta, não celebrar contrato quando convocado, ensejar retardamento injustificado da execução, apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar o procedimento, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, o Termo de Referência, a minuta contratual e este Aviso.

11.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar penalidade mais grave.

11.4. A multa moratória poderá ser aplicada em caso de atraso injustificado no comparecimento, início da execução, substituição de profissional, entrega de súmulas, registros ou documentos de medição, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do item afetado, limitada a 10% (dez por cento) do valor do item.

11.5. A multa compensatória poderá ser aplicada nos casos de inexecução parcial, inexecução total, fraude, documentação falsa ou descumprimento grave, em percentual de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do item prejudicado ou da contratação, conforme a gravidade da infração.

11.6. O impedimento de licitar e contratar será aplicado às infrações que justifiquem restrição temporária, no prazo máximo de 3 (três) anos, observada a abrangência prevista na Lei nº 14.133/2021.

11.7. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada às condutas graves previstas na Lei nº 14.133/2021, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, observadas as competências legais.

11.8. A aplicação das sanções observará contraditório, ampla defesa, devido processo legal, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, natureza e gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos causados à Administração e implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível.

11.9. As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções legais.

11.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente ou inscrita em dívida ativa, quando cabível.

11.11. A personalidade jurídica do fornecedor ou contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular ato ilícito ou provocar confusão patrimonial, hipótese em que os efeitos das sanções poderão ser estendidos aos administradores, sócios, sucessores ou empresas do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, observados contraditório, ampla defesa e análise jurídica cabível.

11.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados rito procedimental e autoridade competente definidos na legislação.

11.13. As notificações poderão ser encaminhadas por meio eletrônico para os endereços informados na proposta, cadastrados no SicaF ou registrados nos autos, considerados de uso contínuo pelo fornecedor.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação aplicável.

12.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados, a Administração poderá fixar prazo para apresentação de nova documentação ou proposta escoimada das causas de desclassificação ou inabilitação, conforme legislação aplicável e interesse público.

12.3. O fornecedor é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da dispensa eletrônica.

12.4. As normas disciplinadoras deste Aviso serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, resguardados o interesse público, a isonomia, a legalidade, a economicidade, a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e a segurança da execução do evento.

12.5. A ausência de pedido de esclarecimento ou impugnação ao Aviso implicará aceitação das condições estabelecidas, sem prejuízo do dever da Administração de corrigir erro material ou ilegalidade identificada a qualquer tempo.

12.6. Os pedidos de esclarecimento e impugnações, quando admitidos pelo sistema, deverão ser apresentados na forma, prazo e canal indicados no Compras.gov.br, cabendo à Administração responder e divulgar as respostas pelos meios oficiais.

12.7. As informações relativas ao cronograma definitivo, horários, locais de execução e contatos de coordenação poderão ser complementadas pela Administração antes do início da execução, sem alteração do objeto, desde que preservadas as condições essenciais da contratação e a possibilidade de execução pelo contratado.

12.8. Em caso de divergência entre este Aviso e seus anexos, prevalecerá a regra mais específica e mais favorável à Administração, desde que compatível com a Lei nº 14.133/2021, com o Termo de Referência, com a proposta aceita e com a natureza do objeto.

12.9. Integram este Aviso, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta de Termo de Contrato Administrativo; Anexo III – Modelo de Proposta Comercial; e Anexo IV – Declarações Complementares.

12.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, na IN SEGES/ME nº 67/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto nº 8.538/2015, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos princípios aplicáveis às contratações públicas.

JOSÉ MOACIR COSTA JUNIOR – Cel

Ordenador de Despesas do CMPA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência nº 32/2026 integra este Aviso de Contratação Direta independentemente de transcrição, devendo ser juntado na íntegra aos autos e disponibilizado aos interessados no Compras.gov.br e/ou no PNCP, conforme forma de divulgação adotada pela Administração.

Para fins de consolidação do objeto, permanecem as seguintes informações essenciais: contratação direta por dispensa eletrônica; UASG 160393; Processo Administrativo/NUP nº 64256.003216/2026-55; critério de julgamento menor preço por item/modalidade; regime de execução empreitada por preço global por item /modalidade; valor estimado total de R\$ 25.904,67; execução em Santa Maria/RS; e formalização por Termo de Contrato Administrativo.

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

A minuta do Termo de Contrato Administrativo integra este Aviso e deverá ser disponibilizada aos interessados como anexo próprio. A contratação não será substituída por simples nota de empenho isolada, em razão da especificidade do evento, das obrigações de comparecimento em datas determinadas, da necessidade de coordenação operacional e do controle formal da execução.

A minuta deverá permanecer compatível com este Aviso, com o Termo de Referência, com a proposta aceita e com as condições finais da contratação.

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ao Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA / UASG 160393

Ref.: Aviso de Contratação Direta nº ____/2026 – Dispensa Eletrônica nº ____/2026 – Processo Administrativo /NUP nº 64256.003216/2026-55

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CNPJ	
Endereço	
E-mail/telefone	
Representante legal	
Banco/agência/conta	
Item/modalidade ofertado(a)	
Prazo de validade da proposta	60 (sessenta) dias

Declaro que o preço proposto compreende todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, inclusive equipe mínima, deslocamento, alimentação, hospedagem, tributos, encargos, taxas, emissão de

documento fiscal hábil, materiais de apoio necessários e demais despesas, sem cobrança adicional à Administração.

Declaro ciência e concordância com as condições do Aviso de Contratação Direta, do Termo de Referência e da minuta contratual, comprometendo-me a executar o serviço conforme o cronograma oficial dos Jogos Regionais dos Colégios Militares do Sul – 2026 e eventuais ajustes formalmente comunicados pela Administração.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

ANEXO IV – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Declaro inexistirem fatos impeditivos para habilitação ou contratação, comprometendo-me a comunicar ocorrências posteriores.
2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.
3. Declaro não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
4. Declaro não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado.
5. Declaro que a proposta contempla todos os custos necessários à execução integral do item/modalidade, sem valores adicionais por logística ordinária, deslocamento, alimentação, hospedagem, tributos, emissão de nota fiscal ou materiais de apoio essenciais.
6. Declaro ciência de que o serviço será fiscalizado pela Administração e de que o pagamento dependerá de execução regular, comprovação, recebimento, liquidação e apresentação de documento fiscal hábil.
7. Declaro que a equipe indicada ou disponibilizada possuirá aptidão compatível com a modalidade contratada, experiência ou qualificação adequada e disponibilidade para atender integralmente o cronograma dos Jogos Regionais.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal: _____

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA RUELA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 15:01:42.